

## Do liberalismo à república ou um tempo de oportunidades perdidas:

PARA UM PERFIL DO “HISTORIADOR PORTUGUÊS”  
DE OITOCENTOS

Não é propriamente coisa rara ouvir qualificar Oitocentos como «o século da História», século do pleno tirar de consequências de uma recém-adquirida cientificidade da nossa área de Saber, num processo radicando nas Luzes mas plenamente consumado no cenário cultural do Romantismo. Cientificidade de uma disciplina que, como tal, é passível de ensino, dos níveis mais elementares às Universidades; cientificidade que comporta, por outro lado, a profissionalização dos criadores respectivos, no quadro liberal do Estado-Nação, seja como arquivistas, bibliotecários, museólogos ou participantes de missões arqueológicas, seja, **aspecto essencial para o que de momento nos interessará**, como professores do Ensino Superior desse tempo.

Ora, e como é também sabido, este último ponto conhecerá entre nós um assinalável atraso em relação à Europa de além-Pirenéus. O Portugal do século XIX conheceu indubitavelmente grandes Mestres de Clio; mas só muito limitadamente conheceu ESCOLA, no sentido de pronta transmissão didáctica das aquisições investigativas, com as naturais consequências ‘reprodutoras’.

E porquê? É tempo de recuarmos um pouco ao século anterior, a tempos josefinos e marianos. Um conjunto de iniciativas institucionalizantes ou reformadoras processado ao longo do último terço de Setecentos permitiria, à partida, pensar num futuro promissor em termos de plena configuração de Clio entre nós:

- Estou a pensar na circunstância de a reforma pombalina do Estudo Geral (1772) ter introduzido a *História do Direito* no quadro das disciplinas da então Faculdade de Leis;

- estou também a pensar na criação da Real Academia das Ciências (1779) e na importância da pesquisa erudita no quadro da respectiva classe de Letras;
- estou finalmente a pensar na criação, também em Coimbra, da *Aula de Diplomática* (1796), provida fundacionalmente na pessoa do português João Pedro Ribeiro (1758-1839), lente de Cânones – que a leccionaria até *circa* 1825 –, mas entretanto transferida para a Torre do Tombo, em 1801.

Só que tais auspícios acabaram por não ter a sequência que seria legítimo esperar.

A *História do Direito* estreou-se com brilho e assim prosseguiu até meados de Oitocentos: bastará elencar alguns dos primeiros titulares, nomes como Pascoal de Melo Freire (1738-1798), Ricardo Raimundo Nogueira (1746-1827), Francisco Coelho de Sousa e São Payo (? -1828) ou Manuel António Coelho da Rocha (1793-1850), todos eles produtores de bibliografia jus-histórica. Mas a morte prematura do último mencionado, justamente a meio do século, irá abrir uma prolongada *crise sucessória* – quase meio século: o seu conhecido *Ensaio sobre a História do Governo e da Legislação de Portugal para servir de Introdução ao Estudo do Direito Patrio*, com origens na década de 1830 e 1.ª edição impressa em 1841, compreenderá seis reedições até 1896, sinal óbvio da sua utilização como *manual base* ao longo de mais 50 anos, período durante o qual a cadeira foi preleccionada por *Mestres de circunstância*, com inclinações outras que não a História do Direito. E só mesmo a partir do limite da centúria se esboçaria uma situação outra, por influência directa dos 2 primeiros volumes da *Historia da Administração Publica* de Henrique da Gama Barros (1832-1925) – publicados respectivamente em 1885 e em 1896 –, e pela mão de *Mestres ao tempo jovens e não necessariamente jus-historiadores*: Guilherme Moreira (1861-1922), José Ferreira Marnoco e Sousa (1860-1916), José Alberto dos Reis (1875-1955), Joaquim Pedro Martins (1875-1939) e Artur de Miranda Montenegro (1871-1941); do seu magistério irão sair Manoel Paulo Merêa (1888-1977) e Luís Cabral de Moncada (1888-1974). Mas não nos antecipemos...

Quanto à Academia das Ciências, trilhou inegavelmente, no «fazer História», um percurso com brilho nas suas primeiras cinco / seis décadas. É o tempo do envio de académicos em deslocações aos principais arquivos do Reino, como tempo é ainda de extensa e sólida produção memorialística, num processo onde se destacam o já mencionado João Pedro Ribeiro, António Caetano do Amaral (1747-1819), José Anastásio de Figueiredo (1776-1805), José António de Sá (? -1819), Francisco Aragão Morato (1777-1838) ou Sebastião Mendo Trigozo (1785- ?). E aproveito para lembrar que tais figuras mereceram em tempos passados a atenção de *Mestres desta Casa*, um dos quais já desaparecido, António Cruz (1911-1989), e outros três

actualmente aposentados, Luís de Oliveira Ramos<sup>1</sup>, Fernando de Sousa<sup>2</sup> e Aníbal Barreira<sup>3</sup>. Salientarei também que parte da memorialística da classe de Letras está aqui actualmente em análise, no âmbito de um projecto *post-doutoral*.

Mas, e avançando, a Academia e parte significativa dos seus membros não terá inicialmente *convivido* com o Liberalismo em termos propriamente *idilícos*, uma problemática que bem mereceria a atenção dos estudiosos. Não será pois de surpreender que a partir de meados de Oitocentos decaia o ritmo da produção memorialística e que o próprio ‘paradigma’ de uma erudição de *nouveau style*, como seriam os *Portugaliae Monumenta Historica* (1856 ss.), tenha em diversos momentos sofrido atrasos de edição de que Herculano, como é sabido, repetidamente se queixará.

Quanto à *Aula de Diplomática*, pode dizer-se que viveu e brilhou no tempo do fundador: parece poder afirmar-se com segurança que João Pedro Ribeiro gostava de ensinar e gostava de iniciar os seus estudantes na pesquisa erudita: daí que o que hoje chamaríamos a «ficha técnica» de mais do que uma publicação sua da segunda década de Oitocentos as refira como coligidas pelos discípulos da Aula e corrigidas pelo lente respectivo. Mas o fundador não teria sequência á altura: o elenco dos seus continuadores – até à integração da Aula no Curso Superior de Letras, em 1901, e sua transformação em Curso de Bibliotecário-Arquivista – o elenco, repito, estabelecido por António Cruz em trabalho de há 40 e poucos anos<sup>4</sup>, mostra-nos uma sucessão de «ilustres desconhecidos», sem qualquer lugar significativo na Historiografia de então. Mais: nenhum nome de destaque mínimo no nosso panorama *cliológico* de Oitocentos parece dever o essencial da sua formação – quando escolar – à *Aula* do tempo *post*-João Pedro Ribeiro...

Ou seja, e de certo modo sintetizando quanto disse até este momento, três brilhantes arranques seguidos de outras tantas decepcionantes estagnações: História jurídica na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, Academia das Ciências, *Aula de Diplomática*... Três oportunidades perdidas, em suma, na edificação de um mínimo de *Escola* no nosso «fazer História» oitocentista. Será por isso de admirar que a maioria dos historiadores portugueses de então haja chegado ao ofício na base, essencialmente, do que chamarei um *autodidactismo esclarecido*? As incompletas formações escolares de um Herculano ou de um Oliveira Martins, a par do extenso e bem seleccionado cabedal

---

<sup>1</sup> Ramos, 1984.

<sup>2</sup> Sousa, 1974-1975.

<sup>3</sup> Barreira, 1970; Barreira, 1971; Barreira, 1979.

<sup>4</sup> Cruz, 1966: 209-210.

de leituras formativas, aí estarão a dar-nos um primeiro ensaio de resposta... O que nos retransporta a uma dicotomia proposta por Pierre Nora há pouco mais de 20 anos: na «Conclusão» ao clássico volume *Essais d'ego-histoire* (1987), o autor distingue dois modos possíveis de *chegar ao ofício* entre os historiadores franceses de meados de Novecentos:

- O historiador que faz do estudo das sociedades humanas no tempo uma apaixonante actividade do espírito, entre outras possíveis;
- e o que faz da *História* uma curiosidade nativa e a exploração de um imaginário íntimo;
- a primeira atitude corresponderá a vocações de certo modo tardias, plenamente intelectuais e (porventura) desinteressadas, reconhecendo as influências essenciais nos estudos avançados;
- a segunda, pelo contrário, virá da infância, do meio familiar, dos bons Mestres dos Ensinos primário e secundário.<sup>5</sup>

Ora nós dificilmente encontraremos situações do primeiro tipo entre os historiadores do século XIX português: uma vez mais, as escolaridades irregulares ou mesmo incompletas de um Herculano ou de um Oliveira Martins justificarão este ponto de vista.

Um caso singular, entretanto, e numa geração ainda próxima da de Herculano, é o de Luiz Augusto Rebello da Silva (1822-1871). Autodidacta, também ele – frequentou Direito sem concluir –, passado pelo Jornalismo e pela Política (foi deputado, secretário do Conselho de Estado, membro do Conselho Superior de Instrução pública e ministro da Marinha e Ultramar num dos Executivos do duque de Loulé [1869-1870]), a edição, a partir de 1860, dos cinco sucessivos volumes da sua *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*<sup>6</sup> consagrará-lo-ia como um dos possíveis sucessores de Herculano. A consequência directa passou pela efectiva alternativa ao Mestre enquanto primeiro titular da cátedra de *História Universal e Nacional* do Curso Superior de Letras, que ocupará de facto de 1861 até ao fim da vida, 10 anos mais tarde. Rebello da Silva configura-se assim como caso quase único no seu tempo: o historiador que é professor de *História (sublinhe-se)* no Ensino Superior.

Curso Superior de Letras, referi eu há momentos... Criado em 1859, com particular empenhamento de D. Pedro V em tal processo, como é

<sup>5</sup> NORA, Pierre – «Conclusion», in NORA [Ed.], 1987: 351-369, *maxime* 363-364.

<sup>6</sup> SILVA, 1971.

sabido, talvez nele se tenham depositado excessivas esperanças... E, em termos de Clío, acabou por constituir mais uma *oportunidade perdida*, porquanto os sucessores de Rebello da Silva foram essencialmente expositores e compendiadores, nunca produzindo obra erudita significativa: que dizer, a tal respeito, de Augusto Seromenho (1833-1878), de Zófimo Consiglieri Pedroso (1851-1910) ou, mesmo no limite do período considerado, de Manoel Maria de Oliveira Ramos (1862-1931), de Agostinho José Fortes (1869-1940) ou mesmo do Queirós Veloso (1860-1952) anterior a 1930 ?...

Mas, uma vez mais, detenhamo-nos por instantes.

A singularidade do caso de Rebello da Silva levar-nos-á entretanto a enunciar duas questões de fundo:

- Em termos de formação, de onde vêm os historiadores com obra iniciada entre os meados do século XIX e a República ?

- E, tendo em conta que só excepcionalmente terão sido historiadores profissionais, o que fizeram afinal na vida?

Visando uma resposta, erigi em campo de análise os 33 nomes com obra começada a publicar entre *ca.* 1845 e *ca.* 1910, seleccionados por A. H. de Oliveira Marques (1933-2007) para a conhecida *Antologia da Historiografia Portuguesa*. Com que resultados?<sup>7</sup>

A listagem das habilitações académicas deste *corpus* de «sacerdotes de Clío» revela-nos à partida – e não é propriamente surpreendente – os não titulares de qualquer habilitação significativa: de Herculano a Oliveira Martins, de José Ramos Coelho (1822-1914) a Rebello da Silva, a Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921) ou a João Lúcio de Azevedo (1855-1933), os exemplos vão surgindo. Mas no mesmo plano se encontram as formações jurídicas, e logo abaixo a Medicina e a formação militar:

- Assim, entre os juristas deparam-se-nos Henrique da Gama Barros (1833-1925), António Costa Lobo (1840-1913), Alberto Sampaio (1841-1908), Teófilo Braga (1843-1924) ou Fortunato de Almeida (1869-1933); médicos foram-no Augusto Teixeira de Aragão (1823-1903), Francisco de Sousa Viterbo (1845-1910), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), Maximiano Lemos (1860-1923) ou Queirós Veloso; e militares foram-no José Maria Latino Coelho (1825-1891), Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895) e Francisco Esteves Pereira (1854-1924).

- Num plano quantitativamente inferior, mencionem-se os filólogos com formação haurida além-fronteiras (caso de Carolina Michaëlis [1851-1925]), os matemáticos

---

<sup>7</sup> MARQUES [Ed.], 1983, II: 15 ss.

(foram-no Luciano Pereira da Silva [1864-1926], Francisco da Costa Lobo [1864-1945] e Duarte Leite [1864-1950]) e os diplomados pelo Curso Superior de Letras (casos de Luciano Cordeiro [1844-1900] e de David Lopes [1867-1942]).

É evidente que os ‘nossos’ 33 historiadores exerceram profissões ou protagonizaram situações plurais e diversificadas (em número de 69), ainda que, obviamente, em momentos diversos das respectivas existências:

1. A segunda listagem, que se lhes reporta, evidencia à cabeça as actividades políticas: a situação é trivial e arqui-conhecida, pelo que julgo desnecessário concretizá-la. Mas o mesmo já não direi de algumas das subsequentes:

2. As situações de criador literário estão igualmente bem recenseadas: Herculano, Rebelo da Silva, Pinheiro Chagas, Teófilo, Oliveira Martins *and so on...*

3. Professores liceais (como Luciano Cordeiro, Fortunato de Almeida ou António Baião [1878-1861]), jornalistas (como Rebelo da Silva ou Sousa Viterbo) e bibliotecários-arquivistas (como Ramos Coelho, Gabriel Pereira ou Leite de Vasconcelos) ocupam o patamar subsequente; o que em nada é de estranhar, até em termos europeus do tempo.

4. O montante dos professores do Ensino Superior (doze) acaba por revelar-se, porventura, surpreendente. Mas haverá aqui algumas prevenções a fazer:

- Professores propriamente de *História* foram-no somente três: o mencionado Rebelo da Silva e, já mesmo no limite temporal, Queirós Velloso e o teólogo coimbrão António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941), que a partir de 1911 se configurará como o «fundador» da *Escola Histórica* da novel Faculdade de Letras.

- Os 3 restantes lentes do Curso Superior de Letras (Teófilo, Pinheiro Chagas e David Lopes) foram-no de cadeiras várias de Língua e Literatura; e o mesmo se diga de Leite de Vasconcelos, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa na fase inicial. Quanto aos 3 lentes da Universidade de Coimbra, deparam-se-nos – todos eles já mencionados – dois matemáticos Francisco da Costa Lobo e Luciano Pereira da Silva – e uma filóloga – Carolina Michaëlis. A Academia Politécnica do Porto e a Escola Politécnica de Lisboa revelam-nos dois lentes de Matemática – Duarte Leite e Latino Coelho, o segundo com formação militar – enquanto que a Escola Médico-Cirúrgica do Porto nos revela alguém que entre outras coisas foi um Historiador da Medicina e do Ensino Médico-Cirúrgico – Maximiano Lemos (1863-1923).

- Ou seja, a *Escola* não forma historiadores e aqueles historiadores que exercem no Ensino Superior leccionam matérias outras que não a História.

5. Os 4 militares e os outros tantos médicos – todos eles já mencionados – prolongam aqui a formação obtida nas Escolas respectivas.

6. E mencionem-se ainda dois conservadores de Museu (Teixeira de Aragão e Vitor Ribeiro [1862-1930]) e dois engenheiros (Esteves Pereira e Joaquim Bensaúde [1859-1952]).

Em jeito de balanço, direi que a Historiografia Portuguesa não entrou propriamente o século XX sob maus auspícios: a continuada influência de Herculano e de Oliveira Martins e, a partir da década de 1880, a entrada em cena de nomes como os de Gama Barros, Alberto Sampaio, Costa Lobo, Braamcamp Freire ou Pedro de Azevedo afiguram-se iam circunstâncias animadoras. Faltava no entanto, repito, *Escola*.

Quando na Primavera de 1911 o Governo Provisório da República transforma a preexistente Faculdade de Teologia e o preexistente Curso Superior de Letras em Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa, respectivamente, ambas com um 4.º Grupo disciplinar votado à *História*, talvez não fosse ilegítimo pensar que finalmente iríamos ter aquilo que faltava. Só que, e como diriam *nuestros hermanos*, «no hay tortillas sin huevos»: era o problema do arranque do Ensino Universitário em áreas com escassa tradição investigativa dentro do *claustro*. Ainda que em situações diferenciáveis:

- Coimbra ainda pareceria poder beneficiar das prévias tradições da Faculdade de Teologia em matéria de «erudição profana» (Vitorino Nemésio)<sup>8</sup>. E, de facto, o já mencionado António de Vasconcelos bem cedo começou a criar *Escola*, laureando doutoralmente, ainda nos anos 10, dois dos seus primeiros discípulos: Joaquim de Carvalho (1892-1958) e Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977). Mas o segundo teria uma carreira académica relativamente efémera, e em contrapartida as décadas subsequentes iriam ser marcadas pelo *cinzentismo* daquilo a que João Paulo Avelãs Nunes chamaria «historicismo neo-metódico»<sup>9</sup>.
- Lisboa, por seu turno, prolongaria durante décadas a tradição compendiantes e enciclopédica vinda do Curso Superior de Letras.

Afinal, as reformas republicanas do nosso Ensino Superior acabariam por constituir também uma *oportunidade perdida*, mais uma... E o verdadeiro *take-off* da Historiografia só viria bem mais tarde, dobrada já a primeira metade de Novecentos.

Mas isso seria já outra *estória*, bem longa também de contar...

<sup>8</sup> Nemésio, Vitorino – «Última Lição», in GOUVEIA [Ed.], 1986: *passim*.

<sup>9</sup> Nunes, 1995.

# HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E ACTIVIDADES PROFISSIONAIS DE 33 HISTORIADORES PORTUGUESES (ca. 1845-ca. 1910)

## 1. Habilitações académicas

a) Sem qualificação académica	6
b) Direito	6
c) Medicina	4
d) Formação militar	4
e) Est. Sup. no estrangeiro (Filologia)	3
f) Matemática	2
g) Cº Superior de Letras (CSL)	2
h) Teologia	1
i) Philosophia Natural	1
j) Est.os Sup. no estrangeiro (Eng. Civil)	1
k) Curso de Bibliotecário-Arquivista	1

## 2. Profissão/Actividade

a) Político	13
b) Criador literário	7
c) Professor liceal	6
d) Jornalista	6
e) Bibliotecário-Arquivista	5
f) Prof. Curso Sup. de Letras	5
g) Militar	4
h) Médico	4
i) Professor da UC	3
j) Funcionário público	3
k) Conservador de Museu	2
l) Engenheiro	2
m) Actividades comerciais	1
n) Diplomata	1
o) Magistrado	1
p) Prof. Academia Pol. do Porto	1
q) Prof. Esc. Méd.-Cirúrg. e FM/UP	1
r) Prof. Esc. Politécn. Lisboa	1
s) Prof. da UL	1
t) Proprietário rural	1
u) Sacerdote	1

## BIBLIOGRAFIA

BARREIRA, Aníbal, 1971 – «José Anastásio de Figueiredo: sua contribuição para a cientificação da História em Portugal», *Revista da Faculdade de Letras* [UP], sér. de *História*, II: 189-199.

BARREIRA, Aníbal, 1979 – «João Pedro Ribeiro, sua posição na Historiografia Portuguesa», *Revista de História* [Centro de História da Universidade do Porto], II: 51-63

BARREIRA, Aníbal José de Barros, 1970 – *Aspectos do pensamento histórico em Portugal no século XIX*, tese de licenciatura / UP, policop., Porto, s.e.

CRUZ, António, 1966 – «Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal», *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I (1966): 173-232.

DUMOULIN, Olivier, 2003 – *Rôle (Le) social de l'historien. De la chaire au prétoire*, Paris, Albin Michel.

GOUVEIA, Maria Margarida Maia [Ed.], 1986 – *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1985 – «Gama Barros, historiador das instituições administrativas (No I Centenário do início da publicação da “Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV”», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, II sér., II (1985): 235-248. Reed. in HOMEM, 1990: 35-47.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1990 – *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Horizonte.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1994 – «Historiadores (Os), esses desconhecidos», *Revista Portuguesa de História*, XXIX (1994), pp. 33-53. Versão adaptada e aumentada, com o título «Ser historiador em Portugal, hoje», in *Atas do I Encontro Internacional de Estudos Medievais*, São Paulo, USP/UNICAMP/UNESP, 1995, pp. 2-17.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 2005 – «Diplomática e História do Direito, raízes da “nova” História política», in *Direito Natural, Justiça e Política. II Colóquio Internacional do Instituto Jurídico Interdisciplinar / Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, vol. I, org. Paulo Ferreira da CUNHA, Coimbra, Coimbra Editora: 87-101.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 2009 – «Mário de Albuquerque e António Sérgio: revisitação de uma polémica», in *Estudos em memória do Prof. Doutor Mário de Albuquerque*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Instituto Histórico Infante D. Henrique: 177-235.

MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero, 1988 – «De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et in adversis animi fortitudine», in *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa: 1-41.

MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero, 2009 – «Oração de Sapiência proferida na abertura solene do ano lectivo: 16 de Setembro de 2009», sep. de *Notas Económicas. Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 30 (2009, Dez.): 1-16.

MARQUES, A. H. de Oliveira [Ed.], 1983 – *Antologia da Historiografia Portuguesa*, II. *De Herculano aos Nossos Dias*, reed., Mem Martins, Europa-América.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1988 – *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas.

MAURÍCIO, Carlos, 2005 – *Invenção (A) de Oliveira Martins. Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, IN-CM.

NORA, Pierre (Ed.), 1987 – *Essais d'ego-histoire*, Paris, Gallimard.

NUNES, João Paulo Avelãs, 1995 – *História (A) Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O Historicismo Neo-Metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico: 1911-1974*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, 1984 – «António Caetano do Amaral e a Historiografia Portuguesa», sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, 30, Coimbra.

RODRIGUES, Manuel Augusto (Coord.), 1992 – *Memoria Professorvm Vniuersitatis Conimbrigensis: 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade.

SALES, Véronique [Coord.], 2003 – *Historiens (Les)*, Paris, Armand Colin.

SILVA, Luiz Augusto Rebello da, 1971 – *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, fac-simile da ed. de 1860, Lisboa, Imprensa Nacional (com estudo prévio de Jorge Borges de MACEDO a pp. 7-130 do vol. I).

SOUSA, Fernando de, 1973-1974 – «Memória (A) dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá», sep. de *Revista da Faculdade de Letras [UP]*. História, IV-V, Porto.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José M. Amado; CATROGA, Fernando, 1996 – *História da História em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores.